



RELA- TÓRIO ANUAL

2018

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria de Fazenda do Distrito
Federal – Credsef
Brasília/DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal – Credsef, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Credsef em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 6 de março de 2019.




Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727





Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal
SRTVN Quadra 702 Conjunto P Sobreloja 50/51 Ed. Brasília Rádio Center - Brasília-DF
CNPJ: 03.603.683/0001-60


BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

ATIVO	NOTA	2018	2017
Circulante		30.587.439,05	29.397.884,82
Disponibilidades		3.333,74	883,90
Relações Interfinanceiras	04	26.045.334,22	25.106.159,84
Centralização Financeira		26.045.334,22	25.106.159,84
Operações de Crédito	05	4.379.154,98	4.133.441,51
Operações de Crédito - Setor Privado		4.440.389,10	4.239.636,52
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(61.234,12)	(106.195,01)
Outros Créditos	06	141.821,72	150.230,35
Rendas a Receber		138.160,76	145.131,70
Diversos		3.660,96	5.098,65
Outros Valores e Bens	07	17.794,39	7.169,22
Despesas Antecipadas		17.794,39	7.169,22
Não Circulante		9.786.863,84	7.802.535,37
Realizável a Longo Prazo		5.826.658,93	4.626.030,79
Operações de Crédito	05	5.826.658,93	4.626.030,79
Operações de Crédito - Setor Privado		5.882.035,06	4.679.865,68
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(55.376,13)	(53.834,89)
Investimentos	08	3.854.737,40	3.137.461,08
Ações e Cotas		3.854.737,40	3.137.461,08
Imobilizado	09	103.467,13	33.043,16
Imobilizações de Uso		172.107,98	142.201,47
(-) Depreciações Acumuladas		(68.640,85)	(109.158,31)
Intangível	10	2.000,38	6.000,34
Softwares		40.000,00	40.000,00
(-) Amortizações Acumuladas		(37.999,62)	(33.999,66)
Total do Ativo		40.374.302,89	37.200.420,19


Manoel Raimundo Nunes
Diretor Presidente


Maria das Graças Viana Bragança
Diretora Adm/Financeira


Jorge Luiz Moreira
Contador
CRC/DF 7.534

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal
SRTVN Quadra 702 Conjunto P Sobreloja 50/51 Ed. Brasília Rádio Center - Brasília-DF
CNPJ: 03.603.683/0001-60


BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	NOTA	2018	2017
Circulante		30.440.410,38	27.880.205,83
Depósitos	11	26.052.762,34	23.913.400,56
Depósitos à Vista		832.303,13	744.783,98
Depósitos sob Aviso		228.456,95	218.811,87
Depósitos à Prazo		24.992.002,26	22.949.804,71
Obrigações por Repasses	12	3.738.453,61	3.062.622,92
Obrigações por Repasses no País		3.738.453,61	3.062.622,92
Outros		3.738.453,61	3.062.622,92
Outras Obrigações	13	649.194,43	904.182,35
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1.505,88	677,29
Sociais e Estatutárias		390.566,07	553.553,40
Fiscais e Previdenciárias		34.595,70	31.554,66
Diversas		222.526,78	318.397,00
Patrimônio Líquido	14	9.933.892,51	9.320.214,36
Capital Social		7.060.040,41	6.490.556,26
Capital		7.060.040,41	6.490.556,26
Reserva de Lucros		2.598.274,58	2.447.959,56
Sobras ou Perdas Acumuladas		275.577,52	381.698,54
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		40.374.302,89	37.200.420,19


Manoel Raimundo Nunes
Diretor Presidente


Maria das Graças Viana Bragança
Diretora Adm/Financeira


Jorge Luiz Moreira
Contador
CRC/DF 7.534

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal
SRTVN Quadra 702 Conjunto P Sobreloja 50/51 Ed. Brasília Rádio Center - Brasília-DF
CNPJ: 03.603.683/0001-60

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO 2º SEMESTRE DE 2018
E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em Reais)

Descrição	NOTA	2º Semestre de 2018	2018	2017
Receitas da Intermediação Financeira	17	1.309.865,68	2.508.862,47	2.689.976,13
Resultado com operações de crédito		1.309.865,68	2.508.862,47	2.689.976,13
Despesas da Intermediação Financeira		(953.130,34)	(1.900.301,85)	(2.235.492,02)
Operações de captação no mercado	11.b	(777.463,69)	(1.520.447,41)	(1.908.463,57)
Operações de empréstimos e repasses		(113.225,68)	(213.951,26)	(255.941,51)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(62.440,97)	(165.903,18)	(71.086,94)
Resultado bruto da intermediação financeira		356.735,34	608.560,62	454.484,11
Outras receitas (despesas) operacionais		(16.167,27)	337.604,55	798.696,83
Receitas de prestação de serviços atos não cooperativos		8.304,76	22.716,51	15.803,29
Receitas de Tarifas Bancárias		4.118,27	1.848,00	8.183,22
Despesas de pessoal	18	(501.972,55)	(980.583,40)	(920.786,46)
Outras despesas administrativas	19	(430.066,51)	(837.174,83)	(856.103,35)
Despesas Tributárias		(6.141,97)	(8.966,60)	(8.307,15)
Outras Receitas Operacionais	20	912.150,14	2.144.395,69	2.580.127,42
Outras Despesas Operacionais	21	(2.559,41)	(4.630,82)	(20.220,14)
Resultado operacional		340.568,07	946.165,17	1.253.180,94
Resultado não operacional		1.954,17	(292,78)	-
Resultado antes da tributação		342.522,24	945.872,39	1.253.180,94
Imposto de renda e contribuição social		(882,71)	(1.547,13)	(1.257,23)
Sobras líquidas		341.639,53	944.325,26	1.251.923,71
Juros sobre o capital próprio	16	(229.450,63)	(443.275,23)	(557.817,43)
Sobras ou Perdas líquidas antes das distribuições estatutárias		112.188,90	501.050,03	694.106,28
Participações estatutárias (Fates/Reserva Legal)		-	(225.472,51)	(312.407,74)
Sobras ou Perdas líquidas		112.188,90	275.577,52	381.698,54


Manoel Raimundo Nunes
Diretor Presidente


Jorge Luiz Moreira
Contador
CRC/DF 7.534


Maria das Graças Viana Bragança
Diretora Adm/Financeira

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal
 SRTVN Quadra 702 Conjunto P Sobreloja 50/51 Ed. Brasília Rádio Center - Brasília-DF
 CNPJ: 03.603.683/0001-60

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Valores expressos em Reais)

ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	FUNDO DE RESERVA	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
SALDOS EM 01/JAN/2017	5.946.425,92	2.239.760,36	316.453,51	8.502.639,79
Aumento/Baixa de Capital	(314.753,13)	-	-	(314.753,13)
Distribuição de sobras - Cotas de Capital a Pagar	-	-	(3.171,07)	(3.171,07)
Incorporação de sobras ao Capital	313.282,44	-	(313.282,44)	-
Incorporação de juros ao Capital	545.601,03	-	-	545.601,03
Sobras do exercício	-	-	694.106,28	694.106,28
Destinações				-
-Fundo de Reserva	-	208.199,20	(208.199,20)	
-Fates	-	-	(104.208,54)	(104.208,54)
SALDOS EM 31/DEZ/2017	6.490.556,26	2.447.959,56	381.698,54	9.320.214,36
Mutações do Exercício	544.130,34	208.199,20	65.245,03	817.574,57
SALDOS EM 01/JAN/2018	6.490.556,26	2.447.959,56	381.698,54	9.320.214,36
Aumento/Baixa de Capital	(254.062,20)			(254.062,20)
Incorporação de sobras ao Capital	381.698,53		(381.698,53)	-
Incorporação de juros ao Capital	441.847,82			441.847,82
Sobras do exercício			501.050,03	501.050,03
Destinações				-
-Fundo de Reserva		150.315,02	(150.315,02)	
-Fates			(75.157,50)	(75.157,50)
SALDOS EM 31/DEZ/2018	7.060.040,41	2.598.274,58	275.577,52	9.933.892,51
Mutações do Exercício	569.484,15	150.315,02	(106.121,02)	613.678,15


 Manoel Raimundo Nunes
 Diretor Presidente


 Maria das Graças Viana Bragança
 Diretora Adm/Financeira


 Jorge Luiz Moreira
 Contador
 CRC/DF 7.534

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis




Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal
 SRTVN Quadra 702 Conjunto P Sobreloja 50/51 Ed. Brasília Rádio Center - Brasília-DF
 CNPJ: 03.603.683/0001-60


DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobras antes do IR e CSLL e após os juros ao capital	502.597,16	695.363,51
Ajustes às sobras: (não afetaram o caixa)	188.627,66	95.597,98
Despesas de depreciação e amortização	22.724,48	14.312,24
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	165.903,18	81.285,74
Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)	869.038,59	5.062.157,84
Operações de crédito	(1.612.244,79)	191.445,06
Outros créditos	8.408,63	99.075,63
Outros valores e bens	(10.625,17)	(466,28)
Depósitos	2.139.361,78	4.300.762,62
Obrigações por empréstimos e repasses	675.830,69	707.076,22
Outras obrigações	(330.145,42)	(234.478,18)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.547,13)	(1.257,23)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.560.263,41	5.853.119,33
Fluxo de caixa das atividades de Investimento		
Aquisição de investimentos	(717.276,32)	(749.917,71)
Aquisição de imobilizado de uso	(89.148,49)	(19.000,43)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(806.424,81)	(768.918,14)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento/(redução) de capital	(254.062,20)	(314.753,13)
Incorporação de juros ao capital	441.847,82	545.601,03
Sobras distribuídas aos associados		(3.171,07)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	187.785,62	227.676,83
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E DE EQUIVALENTES DE CAIXA	941.624,22	5.311.878,02
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	25.107.043,74	19.795.165,72
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	26.048.667,96	25.107.043,74
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	941.624,22	5.311.878,02


 Manoel Raimundo Nunes
 Diretor Presidente


 Maria das Graças Viana Bragança
 Diretora Adm/Financeira


 Jorge Luiz Moreira
 Contador
 CRC/DF 7.534

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE
ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31/12/2018 E 31/12/2017**

Em reais

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL - SICOOB CREDSEF, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 01/12/1999, filiada à CENTRAL COOPERATIVAS ECONOMIA CRÉDITO PLANALTO CENTRAL LTDA – SICOOB PLANALTO CENTRAL e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDSEF tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 28/01/2019.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.



Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	3.333,74	883,90
Relações interfinanceiras - centralização financeira	26.045.334,22	25.106.159,84
TOTAL	26.048.667,96	25.107.043,74

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados por quotas do **SICOOB PLANALTO CENTRAL**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.




i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 9.580/2018, art. 194. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 193 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

4. Relações interfinanceiras

Em 31/12/2018 e 31/12/2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização financeira - Cooperativas	26.045.334,22	25.106.159,84
TOTAL	26.045.334,22	25.106.159,84

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB PLANALTO CENTRAL conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

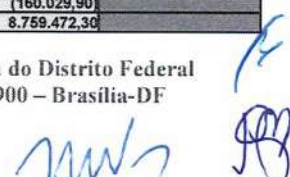
5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos	4.378.050,17	5.840.443,47	10.218.493,64	8.632.831,26
Títulos descontados	-	-	-	34.287,37
Financiamentos	62.338,93	41.591,59	103.930,52	252.383,57
(-) Provisões para operações de crédito	(61.234,12)	(55.376,13)	(116.610,25)	(160.029,90)
TOTAL	4.379.154,98	5.826.658,93	10.205.813,91	8.759.472,30

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / percentual de risco / situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque especial / Conta garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	2.856.371,19	-	-	2.856.371,19	-	2.743.686,78	-
A 0,5% Normal	4.567.674,07	1.199,28	81.076,48	4.649.949,83	(23.249,74)	5.228.702,19	(26.143,51)
B 1% Normal	1.614.527,91	82,12	-	1.614.610,03	(16.146,10)	293.509,29	(2.935,09)
B 1% Vencidas	76.813,59	-	-	76.813,59	(768,14)	58.498,61	(584,99)
C 3% Normal	855.856,41	-	22.854,04	878.710,45	(26.361,31)	290.898,60	(8.726,96)
C 3% Vencidas	11.297,89	-	-	11.297,89	(338,93)	67.492,01	(2.024,76)
D 10% Normal	198.842,81	-	-	198.842,81	(19.884,28)	17.314,03	(1.731,40)
D 10% Vencidas	-	-	-	-	-	90.627,47	(9.062,75)
E 30% Vencidas	8.523,75	-	-	8.523,75	(2.557,13)	-	-
G 70% Vencidas	-	-	-	-	-	66.509,43	(46.556,60)
H 100% Vencidas	27.304,62	-	-	27.304,62	(27.304,62)	62.263,83	(62.263,83)
Total normal	10.007.219,67	1.281,40	103.930,52	10.198.484,31	(85.641,43)	8.574.110,85	(39.536,96)
Total vencidos	123.939,85	-	-	123.939,85	(30.968,82)	346.391,35	(120.492,93)
Total geral	10.131.159,52	1.281,40	103.930,52	10.322.424,16	(116.610,25)	8.919.502,20	(160.029,90)
Provisões	(116.512,43)	(6,82)	(1.091,00)	(116.610,25)	-	(160.029,90)	-
Total líquido	10.101.699,81	1.274,58	102.839,52	10.205.813,91	-	8.759.472,30	-



O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	1.850.608,56	2.526.160,21	5.840.443,47	10.217.212,24
Financiamentos	21.158,35	41.180,58	41.591,59	103.930,52
Conta corrente	82,12	1.199,28	-	1.281,40
TOTAL	1.871.849,03	2.568.540,07	5.882.035,06	10.322.424,16

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	31/12/2018	% da Carteira
Setor privado - serviços	-	1.913,08	1.913,08	0%
Pessoa física	1.281,40	10.300.753,98	10.302.035,38	100%
Outros	-	18.475,70	18.475,70	0%
TOTAL	1.281,40	10.321.142,76	10.322.424,16	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(160.029,90)	(267.497,84)
Constituições / Reversões	(165.903,18)	(71.086,94)
Transferência para prejuízo	209.322,83	178.554,88
TOTAL	(116.610,25)	(160.029,90)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior devedor	238.157,47	2,00%	189.055,06	2,12%
10 Maiores devedores	1.604.910,28	16,00%	1.200.275,54	13,45%
50 Maiores devedores	4.952.699,33	48,00%	4.047.664,95	45,38%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	356.788,67	315.211,08
Constituições	209.322,83	178.554,88
Recuperações	(52.872,57)	(136.977,29)
TOTAL	513.238,93	356.788,67

h) Operações renegociadas:

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa apresenta saldo de renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 5.630.734,74, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas a receber	138.160,76	145.131,70
Diversos	3.660,96	5.098,65
TOTAL	141.821,72	150.230,35

O saldo de Rendas a Receber está composto, basicamente, pelo valor do rateio da centralização financeira de (R\$ 138.061,96), a ser recebido do SICOOB PLANALTO CENTRAL em janeiro de 2019.

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas antecipadas	17.794,39	7.169,22
TOTAL	17.794,39	7.169,22

Registram-se em despesas antecipadas, auxílio alimentação, auxílio transporte, serviços de auditoria e contribuição cooperativista.

8. Investimentos

O saldo é representado por quotas do **SICOOB PLANALTO CENTRAL**.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	3.854.737,40	3.137.461,08
TOTAL	3.854.737,40	3.137.461,08

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Móveis e equipamentos de uso	10%	83.235,00	54.201,29
(-) Depreciação acumulada móveis e equipamentos de uso		(19.823,44)	(44.607,19)
Sistema de comunicação	20%	6.782,48	10.341,09
Sistema de processamento de dados	10%	77.307,50	75.616,59
Sistema de segurança	10%	4.783,00	2.042,50
(-) Depreciação acumuladas outras imobilizações de uso		(48.817,41)	(64.551,12)
TOTAL		103.467,13	33.043,16

10. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ativos Intangíveis – Sistema Sisbr	40.000,00	40.000,00
(-) Amortização Acumulada	(37.999,62)	(33.999,66)
TOTAL	2.000,38	6.000,34

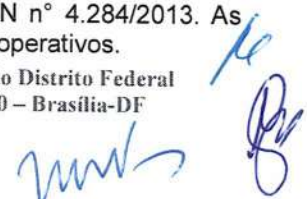
11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	Taxa média	31/12/2017	Taxa média
Depósito à vista	832.303,13		744.783,98	
Depósito sob aviso	228.456,95	0,47% a.m.	218.811,87	0,51% a.m.
Depósito a prazo	24.992.002,26	0,49% a.m.	22.949.804,71	0,54% a.m.
TOTAL	26.052.762,34		23.913.400,56	

Os depósitos até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.



a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	3.534.375,34	14,00%	3.437.370,88	14,74%
10 Maiores Depositantes	13.665.993,85	54,00%	12.178.537,12	52,22%
50 Maiores Depositantes	22.229.310,17	87,00%	20.390.425,84	87,46%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(13.713,35)	(23.150,22)
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.470.462,08)	(1.854.980,81)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(36.271,98)	(30.332,54)
TOTAL	(1.520.447,41)	(1.908.463,57)

12. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2018	31/12/2017
Cooperativa Central	3.738.453,61	3.062.622,92
TOTAL	3.738.453,61	3.062.622,92

13. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.505,88	677,29
Sociais e estatutárias	390.566,07	553.553,40
Fiscais e previdenciárias	34.595,70	31.554,66
Diversas	222.526,78	318.397,00
TOTAL	649.194,43	904.182,35

13.1. Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de atos com associados	200.393,48	243.197,95
Resultado de atos com não associados	2.215,61	2.215,61
Gratificações e participações a pagar	49.939,99	69.494,94
Cotas de capital a pagar	138.016,99	238.644,90
TOTAL	390.566,07	553.553,40

a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 15% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	34.595,70	31.554,66
TOTAL	34.595,70	31.554,66

13.3. Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	118.171,90	176.489,05
Provisão para demandas judiciais	-	83.216,71
Provisão para garantias financeiras prestadas (b)	1.663,20	1.260,41
Credores diversos – País	102.691,68	57.430,83
TOTAL	222.526,78	318.397,00

- a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal.
- b) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 252.539,85 (R\$ 231.436,23 em 31/12/2017), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

14. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDSEF** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital social	7.060.040,41	6.490.556,26
Associados	768	720

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em março de 2018, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2017**, no valor de R\$ 381.698,53.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:



Descrição	2018	2017
Sobras do 1º Semestre	388.861,13	221.847,53
Sobras do 2º Semestre	112.188,90	472.258,75
Sobras Brutas do Exercício	501.050,03	694.106,28
Fates – resultado de atos cooperativo	(75.157,50)	(104.208,54)
Fundo de Reserva	(150.315,01)	(208.199,20)
Sobras Líquidas do Exercício	275.577,52	381.698,54

16. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

17. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de adiantamentos a depositantes	1.200,11	237,67
Rendas de empréstimos	2.407.737,11	2.445.224,59
Rendas de direitos creditórios descontados	6.312,51	15.205,28
Rendas de financiamentos	40.740,17	76.028,96
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	52.872,57	153.279,63
TOTAL	2.508.862,47	2.689.976,13

18. Despesas de Pessoal

Descrição	2018	2017
Despesas de honorários	(434.912,68)	(406.004,51)
Despesas de pessoal - benefícios	(120.983,94)	(111.648,05)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(147.269,36)	(137.368,44)
Despesas de pessoal - proventos	(267.028,68)	(256.682,63)
Despesas de remuneração de estagiários	(10.388,74)	(9.082,83)
TOTAL	(980.583,40)	(920.786,46)

19. Outros dispêndios/despesas administrativas

Descrição	2018	2017
Despesas de água, energia e gás	(7.515,69)	(9.259,29)
Despesas de aluguéis	(48.600,00)	(51.600,00)
Despesas de comunicações	(33.867,15)	(27.584,54)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(14.339,31)	(72.166,65)
Despesas de material	(16.248,96)	(17.453,92)
Despesas de processamento de dados	(30.815,99)	(36.421,37)
Despesas de seguros	(1.339,93)	-
Despesas de serviços do sistema financeiro	(27.671,77)	(22.449,29)
Despesas de serviços de terceiros	(12.451,99)	(9.613,73)
Despesas de serviços técnicos especializados	(34.476,68)	(24.443,36)
Despesas de transporte	(8.563,58)	(6.636,52)
Outras despesas administrativas	(578.559,30)	(564.162,44)
Despesas de amortização	(3.999,96)	(3.999,96)
Despesas de depreciação	(18.724,52)	(10.312,28)
TOTAL	(837.174,83)	(856.103,35)

20. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	140.844,71	171.172,64
Ingressos de Depósitos Interooperativos	1.674.821,86	2.084.260,11
Rendas juros Cartão de Crédito	16.497,78	2.574,47
Rendas multas por atraso - Cartão de crédito	1.424,12	626,73
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito e Débito	3.044,89	268,69
Outras rendas operacionais	307.492,33	321.224,78
TOTAL	2.144.395,69	2.580.127,42

21. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(129,64)	(3.513,73)
Contribuição ao fundo para ressarcimento de fraudes externas	(28,17)	(65,54)
Contribuição ao fundo para ressarcimento de perdas operacionais	(9,20)	(24,92)
Outras despesas operacionais	(2.503,33)	(40,38)
Garantias financeiras prestadas	(638,75)	(770,63)
Outras provisões operacionais	(1.321,73)	(15.804,94)
TOTAL	(4.630,82)	(20.220,,14)

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das operações ativas	Valores	% em Relação à carteira total	Provisão de risco
P.R. – sem vínculo de grupo econômico	312.206,19	1,6%	168,02
TOTAL	312.206,19	1,6%	168,02
Montante das operações passivas	1.530.396,75	10,2%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2018:

Natureza da operação de crédito	Valor da operação de crédito	PCLD (Provisão para crédito de liquidação duvidosa)	% da Operação de crédito em relação à carteira total
Empréstimo	245.735,10	141,98	2%

Natureza dos depósitos	Valor do depósito	% em Relação a carteira total	Taxa média - %
Depósitos à vista	38.243,91	4,65%	0%
Depósitos a prazo	6.110.978,48	24,23%	0,52%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, nas mesmas condições observadas para todos associado, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações ativas e passivas	Taxas aplicadas em relação às partes relacionadas
Empréstimos	2,31% a.m.
Aplicação financeira - pós fixada	100,02% CDI

Percentual em relação à carteira geral movimentação no exercício de 2018	
Empréstimos e financiamentos	1,57%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	338.237,12




- e) No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Benefícios monetários no exercício de 2018 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(20.034,00)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(198.710,45)
Encargos sociais	(35.380,07)

23. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL - SICOOB CREDSEF, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL COOPERATIVAS ECONOMIA CRÉDITO PLANALTO CENTRAL LTDA - SICOOB PLANALTO CENTRAL, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB PLANALTO CENTRAL, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB PLANALTO CENTRAL a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDSEF responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB PLANALTO CENTRAL perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB PLANALTO CENTRAL:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Centralização Financeira	26.045.334,22	25.106.159,84
Investimentos	3.854.737,40	3.137.461,08
Passivo		
Obrigação por Empréstimos e Repasses	3.738.453,61	3.062.622,92

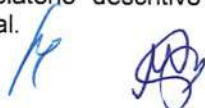
24. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.




24.1. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

24.2. Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

24.3. Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.4. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.5. Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

24.6. Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

25. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Índice de Basileia


As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência	6.236.163,36	7.619.723,38
Ativos Ponderados por Risco - RWA	14.643.118,57	13.474.489,00
Índice de Basileia	42,59%	56,55%

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2018


Manoel Raimundo Nunes
 Diretor Presidente


Maria das Graças Viana Bragança
 Diretora Adm/Financeira


Jorge Luiz Moreira
 Contador
 CRC-DF 7534



SICOOB